



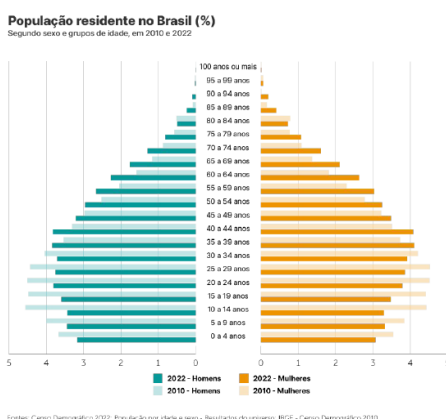
"Entre calçadas e creches" — Gênero, Cuidado e o Direito à Cidade no Brasil urbano

ENVELHEÇO NA CIDADE: TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA, GÊNERO E TRABALHO DE CUIDADOS NAS METRÓPOLES BRASILEIRAS

Claudia Monteiro Fernandes¹

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o Brasil vem passando por uma profunda transformação demográfica. Segundo as Projeções do IBGE (2024), a proporção de idosos (60 anos ou mais) quase duplicou entre 2000 e 2023, saltando de 8,7% para 15,6% da população – um crescimento de 15,2 milhões para impressionantes 33,0 milhões de pessoas nessa faixa etária. Se o ritmo se mantiver, em 2070, cerca de 37,8% dos brasileiros serão idosos: majoritariamente mulheres e viverão principalmente em espaços urbanos metropolitanos, o que demanda um olhar mais complexo sobre a transição demográfica em curso.



Esse fenômeno não é homogêneo no território brasileiro e os grupos de pessoas também se diferenciam em termos de gênero, raça e território: as mulheres tendem a viver mais, as pessoas negras apresentam as maiores taxas de mortalidade e o processo de envelhecimento se dá de forma mais rápida nas metrópoles brasileiras.

¹ Economista, Doutora em Ciências Sociais, professora do Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador e pesquisadora do INCT Observatório das Metrôpoles – claudia.monteiro@pro.ucs.br.



As políticas sociais devem considerar essa complexidade, ainda que a realidade política recente tenha sido o discurso negacionista das tendências demográficas e a defesa de iniciativas individuais, no sentido da competição privatista do bem comum.

Essa rápida transição demográfica traz desafios e oportunidades para políticas públicas, economia e sociedade, tornando o tema “cuidados” – seja na sua perspectiva de políticas sociais ou de formas de trabalho e ocupação – urgente para análise acadêmica e planejamento estratégico. Este artigo busca explorar as implicações desse cenário, discutindo seus impactos, com ênfase nos perfis de gênero e metropolitanos, e possíveis caminhos para o futuro a partir da política nacional de cuidados, publicada em dezembro de 2024.

2 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

2.1. RAZÃO NEOLIBERAL E DESIGUALDADES DURADOURAS

Tendo em vista as transformações recentes na sociedade brasileira e, mais especificamente, a transição demográfica e suas especificidades nas metrópoles brasileiras, torna-se cada vez mais necessária a construção e análise de evidências sobre o trabalho de cuidados, para fundamentar as políticas públicas existentes e qualificá-las melhor, assim como para a construção de novas estratégias de intervenção voltadas para a redução de desigualdades e o bem-estar social.

Nesse contexto, estudos recentes do INCT-Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia - Observatório das Metrópoles, grupo de pesquisa organizado em 19 núcleos regionais metropolitanos, têm destacado evidências sobre a persistência da vulnerabilidade socioespacial nas metrópoles brasileiras. Em um ambiente de nova razão neoliberal mundial (Dardot; Laval, 2016), caracterizado pela hegemonia de uma razão ultraliberal e seu receituário de austeridade, privatização, aprofundamento da dominação do capital rentista-financeira, individuação e redução do papel do Estado na sociedade, as políticas públicas passaram a ser cada vez mais criticadas como sendo “intervenção do Estado no livre mercado”. A segregação se dá em termos de oportunidades desiguais de acesso ao bem-estar urbano, mas também na permanência de elevados níveis de desigualdades e pobreza, que atingem principalmente os grupos sociais mais vulneráveis.

Desde a crise financeira de 2008, o Estado foi fundamental para a transferência de recursos públicos para o setor financeiro, injetando liquidez nos mercados, ou seja, aumentando o crédito para as pessoas e empresas, na tentativa de conter a crise. Mesmo assim, a desigualdade e a pobreza só vêm aumentando desde então, com efeitos mais agudos na periferia do sistema-mundo capitalista, onde se insere o Brasil. A pandemia de Covid 19 e as guerras no leste europeu agravaram a tendência de aprofundamento da crise permanente, com efeitos fatais para milhões



de pessoas em todo o mundo e lançando a economia mundial na “pior recessão desde a Segunda Guerra Mundial” (World Bank, 2020).

Neste sentido, Charles Tilly (2000) criticou as análises individualistas a que se prendem as ciências sociais ocidentais, influenciadas pelo neoliberalismo como “razão de ser do mundo”, e defendeu explicações relacionais das desigualdades, que são mais bem explicadas por narrativas etnográficas, “subprodutos de ramificações sutis das interações sociais que produzem e sustentam relações desiguais entre categorias inteiras de pessoas” (Tilly, 2000, p.49).

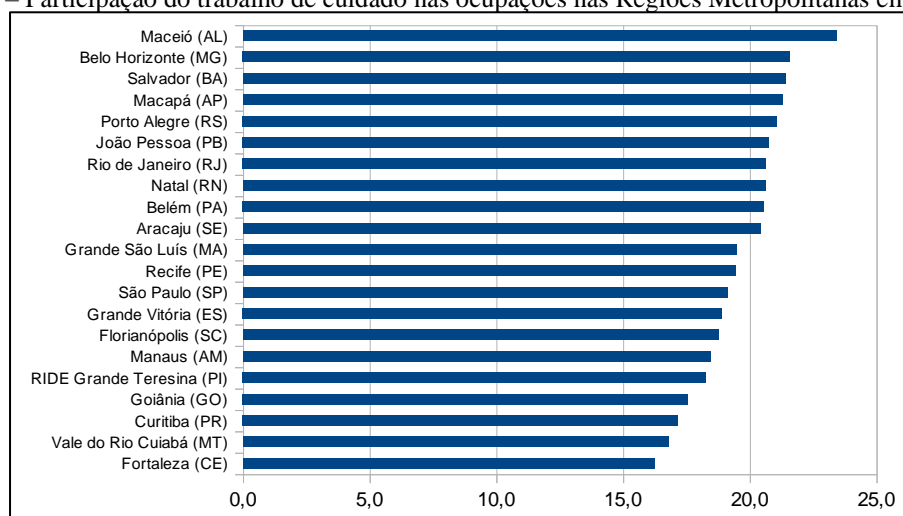
2.2. POLÍTICAS SOCIAIS COMO RESISTÊNCIA

Quando se faz premente a necessidade de retomada do crescimento econômico e dinamização das atividades de manutenção das classes populares e redução das desigualdades, a diversificação de abordagens cada vez mais complexas (Morin, 2015) é fundamental. Segue-se que os esforços dos responsáveis pelas decisões políticas devem concentrar-se na criação de condições que permitam compreender a complexidade inerente da vida urbana e metropolitana. A política social tem papel fundamental como ação contra-hegemônica de combate às tendências de aumento das desigualdades nas últimas décadas. E tais políticas precisam ser constituídas levando-se em conta a diversidade e complexidade da sociedade, tendo a equidade como princípio.

De acordo com dados do IBGE (2021), as ocupações relacionadas com cuidados, sejam voltados a crianças, adolescentes ou idosos, variam em torno de 15% a 24% nas metrópoles brasileiras estudadas (Figura 1). Essa classificação pode ser mais detalhada, com o objetivo de identificar quais atividades estão diretamente relacionadas com as pessoas idosas e se tais atividades têm o potencial de ampliação, uma vez que as necessidades de cuidados com idosos devem crescer nos próximos anos. As atividades informais podem ser qualificadas e reconhecidas a partir do marco regulatório recentemente institucionalizado no Brasil, que tem precedentes de décadas em países europeus, por exemplo.



Figura 1 – Participação do trabalho de cuidado nas ocupações nas Regiões Metropolitanas em 2021 (%)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua Anual 2021, visita 5 (microdados). Elaboração própria.

Tendo como referência a discussão interdisciplinar sobre cuidado, foi sancionada no final de 2024 no Brasil a Lei 15.069, que estabelece a Política Nacional de Cuidados (PNaC), a qual prevê a garantia do direito ao cuidado e estabelece a corresponsabilidade social entre Estado, família, setor privado e sociedade civil (Brasil, 2024).

Esse artigo tem como objetivo aprofundar o debate sobre a PNaC em relação à aderência da política à realidade da transição demográfica explicitada pelo censo demográfico de 2022, e como a política, de caráter nacional e universal, pode ser adaptada à complexa realidade da desigualdade interseccional das metrópoles brasileiras.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transição demográfica explicitada pelos últimos censos brasileiros indicam o rápido envelhecimento da população como um todo, que se dá de forma diferenciada nas metrópoles brasileiras e atinge especialmente a vida de mulheres. Tendo em conta a análise de evidências em dados oficiais, esse artigo trata da caracterização mais detalhada desse processo de envelhecimento, buscando contribuir para o debate da qualificação da política nacional de cuidados, recém-promulgada no Brasil.



REFERÊNCIAS

BRASIL. **Política Nacional de Cuidados (PnaC)**, Lei nº 15.069 de 23 de dezembro de 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L15069.htm Acesso em: 14 fev. 2025.

CAMARANO, Ana Amélia; PINHEIRO, Luana. **Cuidar, verbo transitivo**: caminhos para a provisão de cuidados no Brasil. Rio de Janeiro: Ipea, 2023. 538 p. ISBN: 978-65-5635-057-8 Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11842> Acesso em: 14 fev.2025.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; FERNANDES, Claudia Monteiro. Vulnerabilidade ocupacional e social nas grandes metrópoles brasileiras. **CADERNOS METRÓPOLE**. v.20, p.797 - 822, 2018.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016. 402p.

FERNANDES, Claudia Monteiro. O cuidado na estrutura social das metrópoles brasileiras: desigualdades de raça e gênero no debate de classe. In: 46º Encontro Anual da ANPOCS, 2022, Virtual. **Anais do 46º Encontro Anual da ANPOCS**. 2022.

FRASER, Nancy. Contradictions of Capital and Care. **New Left Review** n. 100, July/August 2016.

GUIMARÃES, Nadya A.; HIRATA, Helena S. **O gênero do cuidado**: desigualdades, significações e identidades. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados> Acesso em: 21 ago.2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Projeção da População**: População do país vai parar de crescer em 2041. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41056-populacao-do-pais-vai-parar-de-crescer-em-2041> Acesso em: 08 mar.2025.

MORIN, Edgard. **Introdução ao pensamento complexo**; tradução Eliane Lisboa. 5.ed. – Porto Alegre : Sulina, 2015. 120 p.

WORLD BANK. **O COVID-19 Lança a Economia Mundial na Pior Recessão desde a Segunda Guerra Mundial**. Comunicado à imprensa, 08 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2020/06/08/covid-19-to-plunge-global-economy-into-worstrecession-since-world-war-ii> Acesso em: 10 jun.2020.